

Costa. Daqui a 50 anos Portugal ainda sentirá efeitos dos fundos

ECONOMIA Marcelo promulga diploma para não atrasar execução do PRR. Primeiro-ministro cortou primeiras fitas do plano com dois novos programas.

Daqui a 50 anos, os fundos europeus que hoje estão a ser verificados em Portugal ainda vão ter um efeito positivo na economia, defendeu ontem o primeiro-ministro. Na abertura da conferência do Tribunal de Contas (TdC) e do Tribunal de Contas Europeu (TCE) sobre os "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", António Costa referiu, sobre o impulso dos fundos europeus, que "a Universidade do Porto considera que o impacto se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% ao nível do produto interno bruto (PIB) nesse período".

Segundo o chefe do governo, "numa análise ao Portugal 2020, sem os fundos comunitários, o PIB seria 1,9 pontos percentuais inferior. Depois, caso se junte com a componente nacional, o impacto é de 2,3 pontos percentuais".

A conferência debateu a forma como o país e as instâncias europeias vão conseguir manter a fiscalização e o controlo eficaz dos grandes pacotes de fundos que aí vêm, garantindo níveis mínimos de "irregularidades" e "fraude".

Em termos de mecanismos de fiscalização e controlo, António Costa disse que os mesmos serão superiores em matéria de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). "Quer a nível nacional quer a nível europeu, os números ao longo dos anos têm permitido estabelecer um padrão muito claro na jurisprudência que os tribunais de contas nacionais e europeus têm

feito, separando irregularidades e fraude".

No caso de Portugal, Costa citou um relatório especial do TCE: neste "demonstra-se que o nível de irregularidades é claramente inferior à média da UE" e "o nível de fraude é também inferior à da média europeia, que já de si é bastante baixo, cerca de 0,75% da totalidade dos fundos". "Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades", concluiu.

Da conferência dos tribunais de contas, Costa seguiu para a abertura dos dois primeiros concursos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) às candidaturas para se poder usar cerca de 260 milhões de euros em subvenções, as primeiras verbas a fundo perdido para tirar o país da crise provocada pela pandemia.

Um é um programa de atualização das qualificações de adultos, no valor de 130 milhões de euros. O outro, também avaliado em 130 milhões de euros, é para financiar pós-graduações e outros cursos para os mais jovens em áreas científicas e engenharias.

No entanto, Costa pediu que se gastem bem os muitos milhões dos fundos europeus, evitando "a corrupção e a fraude", e "sem duplicar o financiamento de projetos", garantindo, no entanto, "adicionalidade", isto é, apoios a projetos que se possam juntar a outros.

Tribunal de Contas atento

O primeiro-ministro salientou que pela primeira vez na história vão estar a correr em simultâneo até 2026 ou 2027 dois grandes programas de fundos europeus e que isso revela a importância do controlo e da fiscalização do TdC, presidido por José Tavares. Este acenou que "a vertente da contratação pública e da fiscalização prévia dos atos e dos contratos exigirão enorme atenção", sobretudo por causa do PRR. Prometeu que irá "recorrer às tecnologias de informação mais modernas" para controlar e fiscalizar.

LUIS REIS RIBEIRO

luis.ribeiro@diarioavisao.pt

Presidente do Tribunal de Contas promete "recorrer às tecnologias de informação mais modernas" para fiscalizar aplicação dos fundos europeus.